



Apresentação – O lugar dos têxteis

MARIA JOÃO FERREIRA

«A três cabeças principais, se reduzem todas as cousas, de que se consulta, que são, vtil, honesto & deleitoso. No vtil se comprehendem todas as cousas necessarias à vida, & conseruação dos homes, familias, & estados. No honesto, fazer justiça, & beneficios, a quem os merecer, & cousas semelhantes. No deleitoso, a honra, gloria & cousas deste genero. (...). E assi, parece que o vtil deve ser preferido ao deleitoso, pois nelle sempre se comprêde o deleytoso, & não sempre o deleitoso he vtil, & sendo preferido ao deleitoso, tâbem o sera a Gloria que he hũa especie sua»¹.

O conjunto de textos reunidos no presente volume procede, na sua maioria, da Jornada *Entre a utilidade e o deleite: o património têxtil na Casa de Bragança (séculos XVI-XIX)*² que tivemos o ensejo de organizar, em 2014, numa das últimas residências da Família Real portuguesa em Lisboa, o Palácio Nacional da Ajuda. Contou a iniciativa com o generoso apoio do seu Director, Dr. José Alberto Ribeiro e da sua equipa de técnicos e conservadores, a quem expressamos o nosso agradecimento, em particular à Dr.^a Manuela Santana.

Foram dois os objectivos que motivaram a organização desta Jornada de estudos: um primeiro, de cômputo geral, que consistiu em promover o assunto dos têxteis no panorama historiográfico português contemporâneo. Não obstante a sua enorme representatividade nas colecções públicas e privadas nacionais e a extraordinária relevância que os têxteis conheceram, sobretudo com o advento da Idade Moderna, trata-se de uma área que, em Portugal, não mereceu ainda a reflexão que lhe é devida. Os têxteis antes permanecem minorizados, mesmo quando autores como Fernand Braudel destacam a sua enorme valorização pelas sociedades do passado³ e os estudos mais recentes confirmam o significativo investimento dos portugueses e a

preponderância deste domínio da cultura material e artística até ao final do século XVIII, muito em concreto no contexto doméstico, à semelhança das demais realidades europeias⁴.

Colateralmente, um segundo propósito emergiu, mais específico, com o fito de debater, por um lado, a dimensão plural que subjaz à utilização e conceptualização dos têxteis, e, por outro, como tais aspectos influíram na sua afirmação como instrumento de autoridade e poder. Nesse sentido, considera-se verdadeiramente paradigmática a análise dos objectos têxteis no contexto patrimonial da Casa Ducal de Bragança, detentora que foi de um singular percurso enquanto uma das mais antigas e prestigiadas famílias da aristocracia portuguesa até ao século XVII, depois elevada a nova e última dinastia reinante, após a restauração da independência em 1640. Como foi já realçado noutra lugar por Mafalda Soares da Cunha, «as necessidades de representação do poder político e social dos chefes desta Casa obrigavam à visibilidade constante dos seus signos de poder, o que se traduzia pela ritualização de todas as rotinas diárias e pelo extremo cuidado no cerimonial nas aparições públicas»⁵.

Presença obrigatória tanto ao nível das exigências básicas e utilitárias do quotidiano, como dos episódios solenes e sumptuários que pontuam a vida desta família⁶, os têxteis (nas suas diversas tipologias e funcionalidades) sempre sobressaem como eficazes e preponderantes insígnias, quer a título pessoal e familiar, quer do grupo social em que a mesma se inscreve. Disso nos dão conta os relatos que até nós chegaram desses acontecimentos, ao longo dos quais se enunciam, quase sempre com extraordinário detalhe, variegada informação correlativa à componente têxtil, como sejam os trajes dos protagonistas e os programas decorativos que animam os palcos de acção, em conformidade com o protocolo exigido pela natureza da efeméride. Atente-se tão-só nas célebres festas de casamento de alguns dos seus membros, como o de D. Isabel, irmã do 5.º duque D. Teodósio I com o infante D. Duarte, filho do rei D. João III e de D. Catarina de Áustria, em 1537 e o do seu neto, o 7.º duque D. Teodósio II com D. Ana de Velasco em 1603; ou, mais tarde, nas cerimónias que enformam os juramentos e aclamações dos soberanos da nova dinastia brigantina, designadamente, de D. João IV, mas também dos seus sucessores, até ao termo da vigência da monarquia em Portugal. Nestes e noutros contextos impressiona a relevância e o fulgor com que os têxteis emergem na vivência da referida Casa Senhorial, cuja consciência da sua importância e valor impede a sua alienação e determina, inclusive,

a permanência deste tipo de objectos, como tapeçarias e paramentos litúrgicos, no respectivo morgado (constituído por instrumento público a 25 de Setembro de 1540).

Todavia, mais do que constatar tais evidências, urge compreender o que os têxteis significam para os seus detentores; quais as motivações que subjazem a este investimento, que justificam, tanto a montante, a aquisição e exibição massiva dos artigos têxteis na experiência quotidiana (ordinária e excepcional), como a jusante, a sua aturada descrição, segundo formulários que atentam às suas mais-valias e com evidentes propósitos encomiásticos. É sem dúvida fundamental identificar as tipologias morfológico-funcionais que são objecto de referência, assim como a proveniência, as suas características e tipos de utilização, à luz de um determinado contexto histórico-artístico e espaço-temporal. Mas além destes aspectos mais imediatos (contudo não necessariamente mais acessíveis ou fáceis de apurar) importa alargar o questionário e reflectir em torno das causas e consequências de tais opções, uma vez presente a multiplicidade de valências que é reconhecida aos têxteis, em termos de função, fruição e de significado⁷.

É sobejamente conhecida a natureza versátil que caracteriza os têxteis e a sua capacidade de adaptação ao cumprimento de muitos e diversificados desempenhos no contexto civil (doméstico e público), religioso e militar⁸. Sob a forma de peças de indumentária ou de adereços, destinados ao cumprimento de rituais ou à ornamentação dos espaços arquitectónicos e dos meios de transporte, o uso dos têxteis afigura-se transversal a todas as condições sociais. Apenas o custo, a quantidade, a qualidade, o ritmo de aquisição e o acompanhamento das modas marca a diferença de meios⁹. Nessa medida, os objectos têxteis consubstanciam o estatuto de quem os possui, logo, sobressaem como agentes de afirmação e distinção económica e social e, subseqüentemente, política perante as suas implicações na sociedade¹⁰.

Durante a sua existência, os objectos têxteis não raras vezes acumulam ou, mesmo, variam de funções e de contexto, por via da sua transformação ou conversão, até ao limite das suas possibilidades¹¹. Situam-se, simultaneamente, entre os objectos requintados e de aparato e as peças de uso comum, que o tempo e a raridade convertem em obras de arte¹². Quando confrontados com este género de realidade ambígua, marcada pela sobreposição de enquadramentos, finalidades e mensagens, esta mesma polivalência afigura-se tão desafiante quanto inibidora, porquanto dificulta, em igual proporção, a análise e o entendimento desta matéria.

Por estas e outras ordens de razões, os têxteis têm, *grosso modo*, permanecido na obscuridade. Ainda assim, é cada vez mais evidente o interesse que o tema suscita, como o comprova a receptividade que esta iniciativa gerou junto de uma audiência com interesses tão diversificados quanto os temas apresentados, justamente pensados numa perspectiva de abordagem inter e transdisciplinar em torno dos têxteis. Foi esse acolhimento, tão positivo, em articulação com a escassez de estudos desenvolvidos e publicados neste domínio que nos levou a ponderar a possibilidade de dar à estampa o presente corpo de textos, segundo um projecto editorial acolhido pela Scribe e pelas entidades que o viabilizaram através da concessão do seu apoio, em concreto, a Cabral Moncada Leilões, a Fundação da Casa de Bragança, o Palácio Nacional da Ajuda e a Direcção-Geral do Património Cultural, a quem agradecemos.

A organização dos textos aqui reunidos obedece estritamente a critérios cronológicos, segundo um arco de tempo balizado entre os séculos xv e xix¹³. Trata-se de dez contributos de investigadores que aceitaram o repto de analisar o binómio dos têxteis e a Casa de Bragança, no âmbito da sua especialidade em história e história da economia, da história da arte e das artes decorativas, da museologia, da genealogia e da heráldica e da conservação. Forçosamente heterogéneo, o referido conjunto de textos espelha a complexidade mas também a potencialidade que o estudo dos têxteis oferece. Maria de Jesus Monge alerta justamente para o gigantismo de tal empreendimento, no quadro específico do património têxtil no paço ducal de Vila Viçosa, sede e residência permanente da Casa de Bragança até 1640. No seu contributo, em jeito de balanço do que foi e desejavelmente pode vir a ser feito no futuro (e que por isso se entende complementar ao presente texto de apresentação), a autora identifica três áreas fundamentais. O seu estudo coordenado permite o afloramento do tema de modo dir-se-á ideal, em concreto: os edifícios, as colecções e os fundos arquivísticos. De facto, o espólio embora muito delapidado e longe do esplendor de outrora, e a sobrevivência, em simultâneo, da estrutura edificada que constitui o paço calipolense bem como de peças e documentação coeva *in situ* consigo relacionada torna-o num importantíssimo estudo de caso, de tão rara que se oferece esta possibilidade em Portugal, em particular para os séculos xvi e xvii. Dispor e articular informes correlativos às vertentes enunciadas concorre para alargar e aprofundar o campo de investigação bem como para elevar o estudo dos têxteis a novos paradigmas de abordagem, por ora pouco habituais em

Portugal mas seguramente profícuos. Confirma-o o estudo abrangente sobre a história da Casa de Bragança no século XVI recentemente desenvolvido por uma equipa de mais de vinte estudiosos no âmbito da história da arte, da música, da ciência, da política e da economia, no contexto de um projecto de investigação multidisciplinar¹⁴. Com base na triangulação das fontes disponíveis (materiais, escritas e visuais) foi possível agregar a informação e, a partir dessa mole, estabelecer conexões que permitiram aceder ao modo como se vivia no referido palácio em meados de Quinhentos. Em relação aos têxteis apuraram-se, pela primeira vez, práticas quotidianas passadas, estabeleceram-se relações entre objectos e pessoas – ao nível da sua aquisição, utilização e manutenção –, e entre os objectos e os espaços construídos onde estes desempenhavam funções, esbateram-se fronteiras, no que aos contextos de uso concerne, e reconstituíram-se cronologias de aquisição, entre outras abordagens inéditas¹⁵. Confirmado o alcance do modelo de análise será interessante replicá-lo noutras cronologias, sujeitas a outros modos de habitar o palácio de Vila Viçosa (de âmbito sazonal a partir de meados do século XVII), assim como noutras residências da família e aferir da existência de padrões de aquisição e consumo ao nível dos têxteis.

Os estudos em torno desta Casa têm permitido confirmar o interesse dos seus principais representantes pelo domínio têxtil, desde muito cedo, e sob diversas feições. Uma delas incidiu na produção de matéria-prima têxtil, tema que Joana Sequeira aborda, a propósito da participação de membros da família no negócio da seda, na segunda metade do século XV, por via da concessão régia de um monopólio senhorial a D. Fernando, 3.º duque de Bragança e 1.º de Guimarães. Embora o tema tenha já merecido alguma atenção, a autora, através da releitura e do cruzamento de documentação conhecida e de outra recentemente divulgada, retoma o assunto sublinhando a inusitada escala de produção de têxteis em seda de elevada qualidade na comarca de Bragança, segundo um cenário pouco comum no panorama medieval português.

Muitas são as problemáticas que emergem em torno da montagem e eficácia deste modelo de organização e gestão de produção centralizada que, à época, parece constituir-se como um caso isolado: desde o espírito empreendedor que norteia o envolvimento do duque e dos reis de Portugal e de Espanha no projecto, aos padrões estéticos que subjazem à manufactura, passando pelas redes de contactos e influências que sustentam a sua manutenção, e pelos mecanismos que asseguram o escoamento e a distribuição dos

produtos, para só mencionar algumas de um longo rol que surpreendentemente ainda persiste, nas mais das vezes, sem resposta¹⁶.

Apesar de Joana Sequeira não aflorar o assunto, por falta de elementos, interrogamo-nos sobre qual terá sido o peso desta produção na dinâmica de consumo da Casa de Bragança, uma vez garantido o acesso a matéria-prima tão nobre e exclusiva como era a seda. Tanto mais, quando presente a aposta dos duques na criação de gado miúdo, com preferência pelas ovelhas sobre os bois e cavalos, bem expresso no inventário do 5.º duque de Bragança, D. Teodósio I, realizado entre 1564 e 1567¹⁷, ao abrigo de uma lógica de produção e venda mas também de fabrico e consumo próprio de lã. Afinal, pelo menos durante os séculos XVI e XVII, o paço de Vila Viçosa dispunha de mão-de-obra especializada e equipamentos necessários à transformação de fibras têxteis, como teares, que garantiam o desenvolvimento de actividades domésticas no sector, de que a tecelagem de tecidos e fitas mas, também, a arte do bordado constitui exemplo. A consequente auto-suficiência que daqui advinha decerto interessava à Casa, face ao processo de «encenação social»¹⁸ em curso, no sentido de definir a imagem do titular e da sua sede, isto é, o palácio de Vila Viçosa, um dos mais importantes símbolos do poder senhorial brigantino¹⁹, construído de raiz, no início de Quinhentos, segundo as novas gramáticas do poder e também ele alvo de sucessivas benfeitorias²⁰.

De facto, a Casa de Bragança depressa se habitua a investir e a encarar as peças têxteis (destinadas tanto ao adorno do corpo como dos espaços), enquanto instrumentos estratégicos de afirmação e representação do ducado. Testemunho bem paradigmático desta realidade foi o impressionante conjunto, designadamente de tapeçarias, que o 5.º duque adquiriu durante a sua vida para o paço de Vila Viçosa. Como Jessica Hallett revela no seu texto, nestes adereços incluem-se, não por acaso, as mais importantes obras de arte figurativas arroladas no seu inventário *post-mortem* os quais integram, simultaneamente, o lote dos objectos mais onerosos na posse do duque. Tais constatações obrigam a reequacionar a condição dos têxteis durante o período Moderno, relegados que têm sido em benefício de outras manifestações artísticas como a pintura de cavalete, à época, com um protagonismo e valor monetário muito aquém daquele que lhe foi entretanto outorgado pela historiografia da arte²¹. Nesse sentido, a autora analisa as opções de aquisição de D. Teodósio I para as festas de casamento da sua irmã D. Isabel com D. Duarte, irmão do rei D. João III e como as mesmas

foram utilizadas tanto ao abrigo do cerimonial de corte como postas ao serviço da magnificência e da legitimação da Casa de Bragança, tão necessária, na sequência da reentrega de bens, direitos e privilégios por D. Manuel I ao então titular, D. Jaime, seu pai.

Não por acaso, a estratégia implementada por D. Teodósio I perdurou nos anos vindouros, marcados que ficaram pela recorrente exibição de adereços nos principais momentos celebrativos da Casa ducal tornada, a partir de 1640, na nova dinastia real, e pela intensa política de aquisição de novos e sempre requintados espécimes. O tema que abordamos do empréstimo e exibição de objectos têxteis da Casa de Bragança, na dupla condição de ducado e de Casa Real, em acontecimentos festivos de teor sacro ilustra a primeira situação e remete para a estreita proximidade entre religião e poder político durante o Antigo Regime. O fenómeno em apreço enquadra-se na lógica devocional, em que os membros das comunidades eram exortados a participar nos festejos oferecendo ou facultando temporariamente os seus haveres e, muito em particular, da promoção da piedade do soberano como uma virtude da realeza. Simultaneamente, o recurso a este mecanismo alerta para as complexas formas de influência e de poder a que a Casa de Bragança recorre no período pós-restauração da independência, com evidentes propósitos propagandísticos e de validação da sua nova condição política. Neste e noutros contextos, os têxteis constituem-se como imprescindíveis sistemas de representação e de persuasão nas práticas de comunicação coevas.

Demonstra-o também Celina Bastos, no seu estudo acerca dos programas decorativos gizados para os interiores das edificações que serviram de cenário às festas comemorativas do primeiro casamento de um rei nascido já sob os auspícios da nova dinastia reinante, D. Afonso VI com D. Maria Francisca de Sabóia em 1666. Em contraste com o que sucedera em 1640, em que, por motivos vários, a remodelação e enriquecimento decorativo dos interiores do real paço da Ribeira assentou na transferência de uma expressiva parte do património móvel da casa de Vila Viçosa para Lisboa²², para esta ocasião assistiu-se a um avultado investimento sumptuário.

É consensual entre os historiadores que «o privilégio de nascimento ou de linhagem só tem valor se for reconhecido pelos outros. (...) O espectáculo oferecido, repita-se, é um meio de dominar»²³ pelo que, no âmbito daquele que se afigura como um contínuo processo de auto-afirmação económico-social, também a decoração da residência se prefigurava como forma de

visibilidade do estatuto do proprietário²⁴. Neste contexto, chama a atenção a relevância da componente têxtil nos interiores domésticos reais e senhoriais portugueses de Seiscentos, no âmbito de uma utilização abrangente e coordenada com as outras manifestações artísticas; especialmente adquiridos para o efeito ou pré-existentes, foram os têxteis que predominaram e orientaram a nova ornamentação dos paços da Ribeira e de Alcantara. Confirma-o o montante despendido assim como a quantidade e o grau de detalhe de informação concedido a estes adereços, nas suas múltiplas tipologias. Na tentativa de enunciarem com a maior das minúcias tudo o que a si respeita, as fontes documentais consultadas ajudam, também, a materializar edifícios desaparecidos e a melhor compreender tanto a organização e distribuição da sua planimetria interna como o *modus vivendi* dos espaços assinalados, em função do cerimonial de corte e daqueles que os utilizam: ao nível da sequência dos aposentos, dos seus recheios e funcionalidades. Graças às indicações fornecidas sobre as medidas e o número dos panejamentos envolvidos, o contributo dos têxteis para o estudo da arquitectura residencial vai ainda mais longe, ao permitir calcular as dimensões dos compartimentos e o número de vãos que os caracteriza.

Estes acontecimentos constituem-se como excelentes oportunidades para os artistas e mestres oficinais, fornecendo, assim, importantes informações acerca dos protagonistas envolvidos na concepção e montagem das armações para as efemérides; das principais soluções técnico-materiais e artísticas eleitas; ou das procedências dos objectos e das suas componentes, pouco fáceis de apurar, mas tão importantes para uma outra forma de aproximação à sua história de vida²⁵, designadamente, quando estes já não subsistem.

Levar a bom termo intervenções desta envergadura podia revelar-se de grande dificuldade, sobretudo no que ao fornecimento de materiais concerne. Uma grande parte provinha do estrangeiro já que a produção têxtil nacional supria as carências relacionadas com o mais convencional quotidiano, sobretudo das classes mais baixas. Até ao século XVI os tradicionais centros manufactureiros abastecedores concentravam-se na Europa (Itália, Flandres, França, Espanha e Inglaterra). Mas a partir de então, e graças ao implemento da *Carreira da Índia*, também a Ásia se constituiu como eficaz e competitiva fornecedora, especialmente de suportes tecidos em algodão e seda, sobretudo originários da Índia e da China²⁶. O comércio têxtil intensificou-se a uma escala global, gerando uma miríade de transformações

sob o ponto de vista económico, laboral, tecnológico, dos hábitos de consumo e da moda, em virtude da circulação de pessoas, do conhecimento, das matérias-primas e dos próprios objectos.

O caso que Nunziatella Alessandrini apresenta é o único que extrapola o binómio têxteis e a Casa de Bragança. Trata-se da análise de uma companhia comercial genovesa que actua na praça de Lisboa na segunda metade de Seiscentos, testemunhando a vitalidade da capital do reino como importante entreposto comercial internacional. Mesmo longe daquele que fora o período áureo do comércio com o Oriente, tal caso traduz a realidade que ainda pontuava o mercado lisboeta, caracterizado por uma impressionante diversidade de oferta têxtil, não obstante o cenário de crise vigente, no quadro da guerra com Espanha após a independência de Portugal em 1640. Ao reconstituir o complexo roteiro dos produtos transaccionados, a autora revela como a mesma operava, em termos geográficos e de teias de contactos estabelecidos (e as rivalidades que daí advinham), a uma escala planetária que ligava, em circuito fechado, a Europa, a Índia e o Brasil. Dá igualmente a conhecer muitos outros tipos de dados nem sempre acessíveis, acerca do tipo de mercado-ria comercializado e os preços praticados, o nome de alguns dos seus compradores e até um dos locais de comércio, por sinal, uma das lojas abertas no pátio da capela real onde, decerto, também a família real se abastecia.

Mas o acesso a objectos mais sofisticados, como as já mencionadas tapeçarias, implicava outra logística. É disso revelador o estudo de Manuela Santana, pelo qual se intenta reconstituir a história das tapeçarias incorporadas nos bens da Coroa ao longo do século XVIII, na sua maior parte, hoje desaparecidas. Como se depreende, e outras vias de estudo corroboram, durante esta centúria estes adereços destacavam-se, ainda, como símbolos de luxo e de poder e, por inerência, parte integrante e essencial dos programas decorativos palatinos reais. Atesta-o tanto os enormes estipêndios implicados na sua obtenção, como o ritmo e o volume de compra de espécimes por indicação dos soberanos. Não menos sintomática desta realidade é a frequência com que a sua presença é solicitada para o cumprimento das mais diversas funções, num impressionante regime de itinerância (entre interior e exterior e ambientes sacros e profanos), há muito praticado. Apesar de dispendiosos, laborados em materiais preciosos (como o fio de ouro e de seda), e porque muitíssimo requisitados, surpreendentemente, estes e tantos outros adereços têxteis acabavam por ressentir-se de um tipo de existência que se pode afirmar displicente: não acautelava a sua manutenção, por

incúria ou ignorância da fragilidade que os caracteriza, ou sequer o investimento neles depositado, quanto mais não fosse, à luz da política de entesouramento que desde sempre motivou a aquisição de têxteis sumptuários.

O estudo de Manuela Santana remete ainda para dois outros aspectos que merecem reflexão, uma vez ponderadas as suas implicações. O primeiro relaciona-se com os mecanismos de aquisição, por via dos canais diplomáticos, os quais variavam entre a encomenda de raiz, a compra de peças já finalizadas no mercado e até de outras em segunda mão. Embora identificadas no quadro das aquisições da Casa Real, tais modalidades eram acessíveis aos senhores abastados do reino. Do mesmo modo, compaginavam-se com as opções de compra identificadas para a generalidade das tipologias têxteis, até mesmo das alfaias litúrgicas, apesar de sujeitas a directrizes consentâneas com o ritual do culto católico, as quais condenavam a revenda dos ornamentos²⁷. Estas mesmas práticas, obedeciam, afinal, à lógica de mercado que ditava as circunstâncias de compra das demais manifestações artísticas.

O segundo aspecto remete para o gosto exigente e actualizado da corte portuguesa a par do modo activo como esta, por via dos seus representantes, participa e interfere no processo de encomenda e execução das tapeçarias, sobretudo ao tempo de D. João V (r. 1707-1750). Muito embora não se trate verdadeiramente de uma novidade, já que esses aspectos são focados em publicações recentes sobre as encomendas de arte italiana do rei Magnânimo – para a capela de S. João Baptista da igreja de São Roque, a basílica Patriarcal, ambas em Lisboa, e a basílica de Nossa Senhora e Santo António de Mafra –, a mesma corrobora o índice de esclarecimento da corte de Lisboa. Essa exigência e modernização estão bem patentes na produção de tapeçarias. Na periferia da Europa e longe dos grandes centros de produção, a corte não se limita a seguir «as modas»; antes contribui para o processo criativo, ao incentivar os artistas a conceberem obras originais para si, ou determinar especificidades morfológicas e iconográficas em sintonia com os intentos das encomendas²⁸.

Nos últimos anos, a extraordinária versatilidade figurativa dos têxteis tem motivado interessantes questões em torno das dinâmicas de percepção e as respectivas qualidades narrativas, visuais e materiais nos interiores domésticos do período moderno²⁹. Aspectos similares colocam-se no campo do vestuário, designadamente, dos mantos régios envergados pelos soberanos em cerimónias solenes, tema de análise de Paula Tomaz. Numa

sociedade profundamente codificada, como era a de corte, dominada pela «linguagem do gesto»³⁰, a plena compreensão do significado dos mantos, tal como de outras insígnias reais, não deve limitar-se à interpretação da iconografia que ostenta. Nessa medida, o manto que D. João VI envergou para a cerimónia de aclamação em 1818, no Rio de Janeiro, constitui um exemplar desafio de análise face ao programa material e iconológico que exhibe. Como John Adamson sublinhou, a propósito do significado dos rituais, da arte e da cultura material de corte na sua multiplicidade de formas, importa de igual modo analisar as relações que se estabelecem entre tais objectos, os seus portadores, o contexto e o cerimonial que motivam o seu uso ritualizado perante uma determinada audiência³¹.

O contributo de Maria José Tavares remete-nos para as ofertas diplomáticas do Japão aos reis de Portugal no âmbito do restabelecimento das relações oficiais entre os dois países, em meados do século XIX. Embora o presente não tenha incidido exclusivamente em objectos têxteis, a verdade é que aspectos como a raridade, a riqueza e a sofisticação dos materiais empregues na sua obtenção mas também a originalidade (porque diferentes) e a dimensão simbólica que os enformava, tornavam-nos objectos de eleição e troca nas relações de poder. A sua escolha, criteriosa, implicava diversos propósitos, e a sua oferta reflectia, simultaneamente ou não, estratégias políticas, agendas em discussão, os gostos dos ofertados ou dos ofertantes. Nessa medida, e independentemente da sua categoria e valor, os têxteis, a par de tantos outros objectos elevados a presentes, sobressaíam como poderosos instrumentos identitários e mediadores transculturais entre as partes envolvidas.

Tão interessante como entender as motivações ou o estatuto que subjaz à oferta de elementos têxteis é aferir o eventual impacte de tais dádivas, isto é, como foram percebidas e recebidas. Nomeadamente, numa época em que a cultura material e artística japonesa tanta atração e influência exercia na estética e na arte do mundo ocidental e a revolução industrial transformava para sempre o entendimento e a relação do homem com os objectos. Nesse sentido, é esclarecedor o modo como a família real reage e incorpora os referidos bens na campanha decorativa então em curso no real palácio da Ajuda, ainda em construção, e como tal iniciativa se estabelece como referência das tendências ornamentais dos interiores oitocentistas palacianos portugueses.

O espírito romântico revivalista e eclético que caracteriza o palácio da Ajuda concorre para melhor compreender a presença, no contexto do seu

programa ornamental, de um dos exemplares mais interessantes e eruditos da heráldica real portuguesa, não obstante o contexto de transformação ou mesmo declínio que, segundo Miguel Metelo de Seixas, então afectava o escudo de armas régio. Partindo da análise de um tecido que reveste as paredes de uma das salas do andar nobre do palácio, animado com as empresas das Casas de Bragança e Sabóia, o autor do último contributo demonstra a capacidade de renovação do antigo sistema emblemático que, mesmo finda a monarquia portuguesa, perdurou como importante instrumento de auto-representação linhagística e de comunicação visual, ao serviço do prestígio da Casa Real portuguesa.

Como o conjunto de textos reunidos ilustra, factores como a diversidade de tipologias morfológico-funcionais inerente ao universo têxtil, assim como a transversalidade de tópicos e as díspares perspectivas disciplinares que a sua análise permite considerar a título isolado ou coordenado, fazem do tema um manancial verdadeiramente caleidoscópico. As análises que aqui se desenvolvem no quadro das artes decorativas, das formas de encação e relação com o espaço e a arquitectura, do cerimonial, da devoção, da diplomacia, do comércio, do colecionismo, da economia e da política, constituem, assim, exemplos ou pontos de partida para tantas outras abordagens. Orientadas para novos campos exploratórios, segundo metodologias e enfoques mais ou menos ampliados, as reflexões contemplam não só os objectos e as suas particularidades intrínsecas mas ainda a sua história ou vida social, como Arjun Appadurai propõe, os seus significados, interações e implicações em tantas vertentes quanto aquelas relacionadas com as problemáticas inerentes às formas e meios de produção, circulação, aquisição e comunicação³².

Deveras interessante de constatar é a noção de continuidade que acompanha e caracteriza tanto a utilização, como a reputação dos têxteis ao longo deste período, de 400 anos. Apesar das mudanças que inevitavelmente vão pontuando o quotidiano da sociedade portuguesa, a preponderância e protagonismo dos têxteis mantêm-se razoavelmente intactos. Este fenómeno é em parte compreensível no âmbito das práticas e signos fixados pela tradição e etiqueta de corte, responsável pela manutenção e regularidade das iniciativas ao longo do tempo. Mas sem dúvida que a extraordinária vitalidade desta componente, na permanente capacidade que manifesta para se reinventar e conciliar velhas tradições e valores com novas tendências deve ser igualmente sublinhada.

Enfim, através da análise do estudo de caso que constitui a prolifera relação da Casa de Bragança com os têxteis, esta publicação visa encorajar o desenvolvimento de novos estudos neste domínio. Propõe-se, de igual modo, contribuir para uma melhor percepção da condição dos têxteis, enquanto sistemas de representação e de práticas discursivas, na sociedade, na arte e na cultura portuguesa ao longo do tempo. Não apenas enquanto estritos objectos de uso comum e utilitário mas também sumptuários, ao serviço de gostos e de agendas sociais, económicas, religiosas e políticas.

NOTAS

- ¹ Luís Mendes de VASCONCELOS, *Do Sítio de Lisboa. Diálogo*. Lisboa: off. de Luys Estupiñad, 1608, pp. 48-49.
- ² Trata-se de uma iniciativa que se inscreve no projecto pós-doutoral de que nos ocupámos, entre 2012 e 2017, na qualidade de bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/76288/2011). Por esse motivo, o título da Jornada coincide com o do referido projecto de investigação.
- ³ Fernand BRAUDEL, *Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII. Os Jogos das Trocas*, tomo 2. Lisboa: Teorema, 1992, p. 272.
- ⁴ Sobre a realidade portuguesa veja-se, por exemplo, Nuno Luís Monteiro MADUREIRA, *Inventários. Aspectos do Consumo e da Vida Material em Lisboa nos finais do Antigo Regime*. (Dissertação de Mestrado em Economia e Sociologia Históricas século XV-XX apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa). Lisboa, 1989 (texto policopiado); Maria João FERREIRA, «Ecos de Hábitos e Usos nos Inventários: os adereços têxteis nos interiores das residências senhoriais lisboetas seiscentistas e setecentistas», in Isabel MENDONÇA, Hélder CARITA e Marise MALTA, coord., *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro. Anatomia dos Interiores*. Lisboa: Instituto de História da Arte da FCSH-UNL, 2014, pp. 536-561; Carlos FRANCO, *Casas das Elites de Lisboa. Objectos, Interiores e Vivências 1750-1830*. Lisboa: Scribe, 2015, p. 283. Para o contexto europeu: Catherine RICHARDSON e Tara HAMLING, «Ways of Seeing Early Modern Decorative Textiles», *Textile History*, 47: 1 (Maio 2016), 5-6; Alessandra RODOLFO e Caterina VOLPI, dir., *Vestire I Palazzi. Stoffe, Tessuti e Parati negli Arredi e nell'Arte del Barocco*, vol. I, Roma: Edizioni Musei Vaticani, 2014; Gail FEIGENBAUM e Francesco FREDOLINI, ed., *Display of Art in the Roman Palace 1550-1570*. Los Angeles: The Getty Research Institute, 2014.
- ⁵ Mafalda Soares da CUNHA, *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000, p. 90.
- ⁶ Sobre os tipos de cerimónias em que a Casa de Bragança participa cf. CUNHA, *op. cit.*, pp. 186-200.
- ⁷ Peter Burke distinguiu, para o período Moderno, seis tipos de significado para os objectos, em função do tipo de uso que lhes é atribuído e do perfil das pessoas que os detêm, no contexto geográfico europeu, que cremos *grosso modo* aplicáveis aos têxteis: como formas de ostentação, enquanto objetos devocionais, como ofertas, lembranças, símbolos identitários e também objectos colecionáveis; cf. Peter BURKE, «The Meaning of Things in the Early Modern World», in Victoria AVERY, Melissa CALARESU e Mary LAVEN, eds., *Treasured Possessions from the Renaissance to the Enlightenment*. Londres: Philip Wilson Publishers, 2015, p. 5. Para uma abordagem mais específica acerca dos têxteis e do seu significado veja-se por todos, Beverly GORDON, *Textiles, The Hole Story. Uses. Meaning. Significance*. Londres: Thames & Hudson, 2013.
- ⁸ O próprio vocábulo «Têxteis» é sintomático desta abrangência, ao congregar objectos muito diversos, sob o ponto de vista material, técnico e formal, em que o único factor comum é o material base, isto é, a fibra têxtil; Teresa Pacheco PEREIRA e Teresa ALARCÃO, *Normas de Inventário Têxteis*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1999, p. 13.
- ⁹ Jan DE VRIES, *The Industrious Revolution: Consumer Behaviour and the Household Economy, 1650 to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, pp. 57,148; Daniel ROCHE, *História das Coisas Banais*. Lisboa: Editorial Teorema, 1998, p. 207.
- ¹⁰ Michel Pastoreau refere precisamente a carga emblemática subjacente ao vestuário e a sua contribuição para a localização dos indivíduos nos agrupamentos que compõem a sociedade; cf. Michel PASTOREAU,

- Couleurs, Images, Symboles. Étude d'Histoire et d'Anthropologie*. Paris: Le Léopard d'Or, s.d [1989], p. 40. Também Maria José Palla, aborda esta questão, acrescentando que, neste contexto, essa mesma sociedade molda a conduta humana, induzindo-lhe uma determinada expectativa; cf. Maria José PALLA, *Do Essencial e do Supérfluo. Estudo Lexical do Traje e Adornos em Gil Vicente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 29.
- ¹¹ Rafaela SARTI, *Casa e Família. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, p. 320; Maria João FERREIRA, «A conversão e reutilização de peças têxteis. Uma prática comum da sociedade quinhentista Portuguesa», *Revista de Artes Decorativas*, 5 (2011), pp. 11-37.
- ¹² Cf. Antoine SCHNAPPER, *Curieux du Grand Siècle. Collections et Collectionneurs dans la France du XVII^e Siècle. II Oeuvres d'art*, 12.^a ed. Paris: Flammarion, 2005, p. 45. Estas são questões que transcendem o domínio têxtil, para as quais os historiadores da cultura material têm advertido, nomeadamente, a questão da representatividade dos objectos de que se dispõe em relação àqueles que desapareceram; cf. Giorgio RIELLO e Anne GERRITSON, «Introduction - Writing Material Culture History», in Giorgio RIELLO e Anne GERRITSON, eds., *Writing Material Culture History*. Londres: Bloomsbury, 2014, pp. 8-9.
- ¹³ No âmbito do trabalho de edição deste volume de textos respeitámos a decisão dos autores de escreverem de acordo com a antiga ou a nova ortografia e procedemos à uniformização ao nível da construção das notas e apresentação das referências bibliográficas, sendo os conteúdos da sua responsabilidade.
- ¹⁴ Coordenado por Jessica Hallett, o projecto de investigação foi promovido pelo Centro de História de Alê-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em parceria com a Fundação da Casa de Bragança e financiado pela FCT (PTDC/HAH/71027/2008); cf. Jessica HALLETT e Nuno SENOS, ed., *De Todas as Partes do Mundo. O património do 5.^o Duque de Bragança, D. Teodósio I*, vol. II. Estudos, Lisboa: Tinta da China, 2018.
- ¹⁵ Cf. Textos de Inês Cristóvão, Maria João Ferreira e Jessica Hallett in HALLETT e SENOS, *op. cit.*
- ¹⁶ Fernando de SOUSA, *História da Indústria da Seda em Trás-os-Montes*, vol. 1. Porto: Edições Afrontamento, 2006, p. 11.
- ¹⁷ Cf. Leonor Freire da COSTA, «Entre Investimento e Consumo: A estrutura do património da Casa de Bragança no século XVI», in HALLETT e SENOS, *op. cit.*, p. 92.
- ¹⁸ Cf. Fernand BRAUDEL, *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII. As Estruturas do Quotidiano: o possível e o impossível*, tomo 1. Lisboa: Teorema, 1992, p. 267.
- ¹⁹ CUNHA, *op. cit.*, p. 165.
- ²⁰ Cf. Mandado construir por D. Jaime logo nos primeiros anos do século XVI, beneficia de uma primeira campanha de obras por iniciativa de D. Teodósio I, por ocasião dos festejos de casamento da sua irmã D. Isabel com o infante D. Duarte, em 1537, a qual implicou não só a ampliação do paço mas também a reformulação global do espaço envolvente. O mesmo motivo, o do seu casamento com D. Ana de Velasco em 1603, levou D. Teodósio II a nova intervenção a qual só ficou concluída bastante mais tarde, com D. João V. Sobre a construção do palácio cf. Nuno SENOS, «A Ampliação do Paço de Vila Viçosa», in HALLETT e SENOS, *op. cit.*, pp. 109-134; Vítor SERRÃO, «De Francisco de Loreto a Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira: A fachada do Paço», in idem, pp. 135-144; José de Monterroso TEIXEIRA, «O Paço, Passo a Passo. A Estratégia Arquitectónica Ducal», *Monumentos*, 6 (Março 1997), pp. 8-13; Rafael MOREIRA, «Uma 'Cidade Ideal' em Mármore. Vila Viçosa, a primeira corte ducal do Renascimento Português», *Monumentos*. 6 (Março 1997), pp. 48-53; CUNHA, *op. cit.*, pp. 167-174.
- ²¹ Cf. Jonathan BROWN, *Kings and Connoisseurs. Collecting Art in Seventeenth century Europe*. New Haven & Londres: Yale University Press, 1995, p. 8; Mafalda Soares da CUNHA e Leonor Freire da COSTA, *D. João IV*. Lisboa: Temas e Debates, 2008, pp. 123. Para o caso concreto do património de D. Teodósio I veja-se Nuno SENOS, «O(s) Problema(s) do Gosto no Inventário de D. Teodósio I de Bragança», in Ana Duarte RODRIGUES, coord., *O Gosto Português na Arte*. Lisboa: Scribe, 2016, p. 44. Como o autor resume, a pintura de cavelete era não só pouco representativa, comparativamente até aos azulejos e à pintura a fresco, como o seu valor «pouco mais do que irrelevante».
- ²² Veja-se Mafalda Soares da CUNHA e Leonor Freire da COSTA, *op. cit.*, pp. 121-124.
- ²³ BRAUDEL, *op. cit.*, tomo 2, pp. 437-438.
- ²⁴ Norbert ELIAS, *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, pp. 31; 35.
- ²⁵ Sobre a importância do estudo da proveniência dos objectos para a história da arte leia-se, por todos, Gail FEIGENBAUM e Inge REIST, eds., *Provenance an Alternate History of Art*. Los Angeles: Getty Research Institute, 2012.
- ²⁶ Sobre este assunto para Portugal cf. Maria João FERREIRA, «Asian Textiles in the Carreira da Índia: Portuguese Trade, Consumption and Taste, 1500 - 1700», *Textile History*, 46:2 (2015), pp. 147-168; James C. BOYAJIAN, *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580 - 1640*. Baltimore e Londres: Johns Hopkins University Press, 1993.

- ²⁷ Cf. Maria João Pacheco FERREIRA, *Os têxteis Chineses em Portugal nas Opções Decorativas de Aparato (séculos XVI-XVIII)*, vol. I (Dissertação de Doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Porto, 2011, p. 149 (texto policopiado).
- ²⁸ Cf. Os estudos de Teresa Leonor VALE, coord., *De Roma para Lisboa. Um Álbum para o Rei Magnânimo*. Lisboa: Scribe, 2015 e «'Non Piacque il Disegno, che si Mandò da Roma': Uma questão de Gosto. A circulação de informação entre Lisboa e Roma no século XVIII», in Ana Duarte RODRIGUES, coord., *O Gosto na Arte. Idade Moderna*. Lisboa: Scribe, 2014, pp. 74-90. Veja-se igualmente Teresa Leonor VALE, coord. cient., *A Capela de São João Batista da Igreja de S. Roque. A Encomenda, a Obra, as Coleções*. Lisboa: Museu de S. Roque - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2015.
- ²⁹ Cf. *Textile History*, 47:1 (Maio 2016), número especial consagrado aos resultados da investigação desenvolvida no âmbito do projecto *Ways of Seeing the English Domestic Interior 1500-1700: The Case of Decorative Textiles*.
- ³⁰ John ADAMSON, «The making of the Ancien-Régime Court 1500-1700», in John ADAMSON, ed., *The Princely Courts of Europe. Ritual, Politics and Culture under the Ancien Régime 1500-1750*. Nova Iorque: Widenfeld & Nicolson, 1999, p. 27.
- ³¹ Cf. *Idem*, pp. 27-39.
- ³² Veja-se Arjun APPADURAI, «Introduction: commodities and the politics of value», in Arjun APPADURAI, ed., *The Social Life of Things. Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, pp. 3-63 (1.ª ed. 1986).